



Câmara Municipal de Echaporã

Estado de São Paulo
Praça Riodante Fontana, 13 - Fone: (18) 3356-1441 - CEP: 19830-023 - Echaporã - SP
www.camaraechapora.sp.gov.br

CNPJ: 02.652.664/0001-60
contato@camaraechapora.sp.gov.br

PARECER ESPECIAL Nº 015/2024

Proposição: Projeto de Lei Ordinária nº 020/2024 (PLO nº 020/2024).

Relator: Vereador Luís César dos Santos.

1 – EXPOSIÇÃO

Cuida-se de projeto de lei de autoria do executivo que dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 100.012,50 (cem mil, doze reais, cinquenta centavos), para a execução do Programa Escola em Tempo Integral, com recursos provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do Governo Federal.

A proposta consta com 5 (cinco) artigos, com o seguinte conteúdo: art. 1º - objeto da lei, art. 2º - origem dos recursos, art. 3º - modificação do PPA 2022/2025 no que for compatível com a nova lei, art. 4º - modificação da LDO-2024, no que for compatível com a nova lei, e art. 5º - data de vigência

Feito o protocolo, antes de a proposição ser despachada para as Comissões Permanentes, foi protocolado o Requerimento nº 040/2024, por 1/3 (um terço) da Câmara, solicitando adoção de regime de urgência especial.

O sr. Presidente, então, determinou a leitura da ementa deste PLO no Expediente da Sessão Ordinária de 07/05/2024, bem como do Requerimento citado, ordenando, ainda, a inclusão desse último em pauta na Ordem do Dia, para deliberação.

Aprovado o Requerimento, o sr. Presidente honrou-me nomeando-me relator especial.

É o breve relato.

2 – DISCUSSÃO

Compete ao relator especial pronunciar-se tanto sob os aspectos da admissibilidade quanto os de mérito.

Sobre a constitucionalidade, legalidade, regimentalidade, técnica legislativa da proposição, adianto que concluo pela admissibilidade, ao passo que no tocante ao mérito, igualmente entendo o projeto conveniente e oportuno.

Em primeiro lugar, deve ser consignado que a abertura de crédito adicional pode ser requerida à Câmara, apenas através de projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo, nos termos do art. 51, parágrafo único, II, "d", da Lei Orgânica, cujo teor pede-se licença para transcrever:

Art. 51. [Omite-se]

Parágrafo único. São de iniciativa privativa do Prefeito Municipal as leis que:

[Omite-se],



Câmara Municipal de Echaporã

Estado de São Paulo
Praça Riodante Fontana, 13 - Fone: (18) 3356-1441 - CEP: 19830-023 - Echaporã - SP
www.camaraechapora.sp.gov.br CNPJ: 02.652.664/0001-60
contato@camaraechapora.sp.gov.br

II — disponham sobre:
[Omite-se].

d) o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, incluídas nesse último as que autorizem a criação de créditos adicionais, observada a Lei Federal nº 4.320/1.964.

Adicionalmente, de acordo com os dispositivos contidos nos artigos 24, I, 30, II, e 163, I, da Constituição Federal, ao estabelecer regulamentações referentes ao direito financeiro local, o município é obrigado a seguir as diretrizes estipuladas pela legislação complementar federal que define as normas gerais do direito financeiro.

É bem verdade que até o presente momento, não foi editada pelo Congresso Nacional, após a Carta Magna de 1988, uma lei complementar que trate dessas normas, sendo, com efeito, utilizada até hoje a Lei Federal nº 4.320/1.964, que foi recepcionada pelo atual ordenamento constitucional como lei complementar.

Assim, para garantir a conformidade da legislação local com as disposições gerais, é necessário que ela seja formulada de acordo com os termos estabelecidos pela legislação nacional, evitando assim qualquer possibilidade de inconstitucionalidade.

Nesse sentido, conforme disposto no art. 41, inciso I, e art. 43, caput e § 1º, II, da LF nº 4.320/1.964 (Lei Nacional de Direito Financeiro), podem ser abertos créditos suplementares (destinados para reforço de dotação orçamentária já existente), provenientes de excesso de arrecadação, sendo que tais recursos virão do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do Governo Federal.

Logo, não há impedimento de ordem legal a ser apontado.

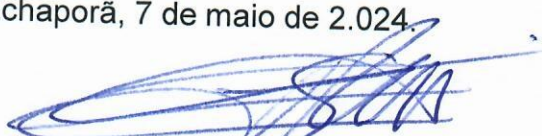
Quanto ao mérito, a autorização do crédito vem ao encontro das necessidades da Administração e dos municípios, mediante a realização do programa do Governo.

Por fim, quanto à técnica legislativa, reputo-a adequada, de modo a não ser necessário apresentar emenda.

3 – CONCLUSÃO

Concluo meu Relatório/Voto consignando pela admissibilidade e boa técnica legislativa do PLO nº 020/2024, nos termos dos art. 192, *caput*, do Regimento Interno.

Echaporã, 7 de maio de 2024.


LUÍS CÉSAR DOS SANTOS
Relator – PSDB